

Implementação e territorialização dos parques urbanos em Catalão (GO)

Bruno Vicentini Bussola¹

Paulo Henrique Kingma Orlando²

Resumo: Este texto tem como objetivo analisar a implementação dos parques urbanos de Catalão (GO) e sua localização na dinâmica territorial da cidade, no período de 2004 a 2014. Os procedimentos metodológicos foram a revisão teórica que abrange os conceitos: paisagem, território, parques urbanos. O segundo passo foi a pesquisa de campo com o objetivo de analisar a distribuição dos parques urbanos em Catalão. O resultado alcançado até o momento foi a constatação de uma distribuição diferenciada que a partir do mapeamento identificamos os parques Clube do Povo, Parque Calixto Abraão, Parque Pirapitinga, Parque Santa Cruz e Parque Paquetá, que estão localizados de forma concentrada na malha urbana da cidade, o que evidencia a ausência de uma política pública que atenda as demandas de toda a população.

Palavras-chave: Território. Poder. Parques urbanos. Catalão.

1 Introdução

Com as novas dinâmicas territoriais e a modificação e reestruturação do espaço urbano surgiram pesquisas de várias áreas do conhecimento sobre parques urbanos. Para compreender a criação e a territorialização dos parques urbanos

1 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão, Unidade Acadêmica Especial de Geografia. Contato: bruno_bussola@yahoo.com.br

2 Professor da Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão, Unidade Acadêmica Especial de Geografia, e do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGC. Contato: phorlando@yahoo.com.br

no contexto da cidade é necessário recorrer às categorias e conceitos geográficos como, por exemplo, território e paisagem.

Há uma relação entre estas categorias e conceitos geográficos e o parque, faz-se então necessário o aprofundamento e caracterização teórica do parque urbano, para então entendermos sua relação com o território e com as políticas públicas.

A questão norteadora da pesquisa é como se deu a implementação dos parques públicos de Catalão (GO) e como foi definida sua localização na dinâmica territorial da cidade a partir das políticas públicas de planejamento urbano do município propostas no período de 2004 a 2014.

Para responder essa indagação propomos como objetivo geral analisar a implementação dos parques urbanos de Catalão (GO) e sua localização na dinâmica territorial, problematizando as políticas públicas de planejamento urbano do município propostas no período de 2004 a 2014. Mais especificamente pretendemos: a) fazer uma revisão teórica e conceitual sobre os conceitos de Território, Parques Urbanos, Paisagem; b) analisar, a partir do mapa do plano diretor municipal de Catalão e o mapa feito a partir da coleta de dados, a distribuição dos parques urbanos na cidade.

O interesse pela discussão da temática surgiu ao realizar o trabalho de conclusão de curso do Bacharelado em Geografia defendido na Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão no ano de 2014, intitulado “Equipamentos públicos comunitários: a situação dos bairros da região sul da cidade de Catalão (GO), no período de 2004 a 2014.”, emergiram as preocupações sobre o planejamento urbano municipal, ou seja, a oportunidade de conhecer melhor a realidade de um bairro nos instigou a pensar a situação da cidade numa escala mais ampla.

Consideramos a hipótese de que existe uma implementação diferenciada dos parques urbanos na cidade de Catalão, que privilegia uma determinada parcela da população.

A área a ser pesquisada é o que estamos denominando como “Complexo Ecológico Ambiental de Catalão”, que compreende cinco parques urbanos: Clube do Povo, Parque Calixto Abraão, Parque Pirapitinga, Parque Santa Cruz e Parque Paquetá. Os mesmos foram selecionados como objeto de investigação por estarem localizados de maneira centralizada na malha urbana e pelo fato de terem sido alvos de revitalização recente.

2 Metodologia/procedimentos utilizados

A revisão teórica tem como finalidade aprofundar os conhecimentos e as discussões já existentes sobre os conceitos geográficos trabalhados. Segundo Luna (2011) “[...] a importância dessa circunscrição assume contornos dependendo do tipo de problema em estudo, da teoria em questão e, muito frequentemente, do

compromisso com a teoria daquele que julga o trabalho ou mesmo da sua concepção de teoria” (LUNA, 2011, p. 88).

Nesta etapa da pesquisa a leitura de autores, como: Souza (2015), Loboda (2009), Gomes (2013), Haesbaert (2012), Raffestin (1993), trazem grandes contribuições teóricas para a construção conceitual proposta por nós ao analisarmos previamente os conceitos de território, paisagem e parques urbanos. Os autores abordados irão colaborar com a análise da área de pesquisa, para que possamos entender as relações estreitas entre o objeto de estudo, que neste caso são os parques urbanos de Catalão e sua inserção no espaço territorial da cidade.

A pesquisa empírica neste trabalho tem por finalidade a caracterização dos parques públicos da cidade de Catalão (GO) e sua localização e distribuição na malha urbana. Com isso poderemos compreender como se deu a elaboração e implementação das políticas públicas de planejamento urbano de Catalão (GO) propostas durante e depois do plano diretor municipal (2004-2014), referentes a criação e manutenção do parques municipais urbanos.

3 Discussão e resultados

Faremos aqui uma teorização dos conceitos geográficos paisagem e território e uma abordagem sobre os parques urbanos que tem como objetivo refletirmos sobre o processo de formação territorial dos parques urbanos da cidade de Catalão.

3.1 Pensando os parques públicos como território e poder

A paisagem, conceito fundamental para as análises geográficas, apresenta dois elementos que são de extrema importância para sua compreensão: os objetos naturais e os objetos sociais. Entendendo esses dois elementos como processo de transformação e de mudanças sociais, o autor Santos (2009) destaca que:

A paisagem nada tem de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variadas. A mesma coisa acontece em relação aos espaço e à paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade. (SANTOS, 2009. p. 54)

As mudanças sociais no século XXI vem acontecendo de forma muito acelerada, o espaço ou a paisagem passam a ser então alvo frequente dessas alterações que ocorrem para acompanhar as novas necessidades de cada nova sociedade, muitas vezes se alterando com implementações diferenciadas de suas estruturas.

Pereira (2008, p. 16) questiona se a “Paisagem é o que se vê?”, e responde afirmando que o que se vê não é o real e sim uma representação, uma leitura dessa realidade. Para o autor devemos aprofundar a discussão sobre o conceito de paisagem para não ficarmos apenas nos sentidos ou na superficialidade do conceito.

Para Souza (2015, p. 51), a paisagem é uma forma e uma aparência “e não há nada de intrinsecamente ruim nisso, a não ser que a própria limitação mental faça disso algo ruim”.

Quando falamos da relação entre a paisagem e a sociedade, temos que levar em consideração os instrumentos de uso do homem (por exemplo, os parques públicos) que têm significados e são concebidos pelo fator cultural. Como citam Moreira e Silva (2013, p. 221), a paisagem “É constituída pela relação entre o homem e a natureza, pela imagem e uso estabelecido pelo observador, uma vez que ‘não há paisagem sem observador’.”

Nesse caso, especificamente a paisagem urbana deve ser entendida decorrente de suas composições espaciais (territoriais), sem perder a noção primeira do visível e da forma, mas que está sujeita nesse sentido a valores e princípios filosóficos próprios da sociedade à qual pertence. Bonametti (2010, p. 263) destaca que é na paisagem urbana que “se configura a sociedade, onde são produzidos os acontecimentos históricos e as transformações socioeconômicas, entre outras;” sendo assim a paisagem com atributos próprios que é entendida como cidade. O autor afirma que

A paisagem urbana é a expressão dos valores materiais e culturais de uma determinada época e o espaço de ação do poder. Desta inter-relação surgiram impérios, metrópoles, colônias e nações onde o poder delimitou sua atuação espacial e deixou claros seus interesses (BONAMETTI, 2010, p. 271).

Em uma primeira reflexão a paisagem urbana caracteriza-se como a relação entre o homem e seu domínio exercido sobre a natureza de forma individual e coletiva. Compreender essa relação faz-se necessário para que possamos avançar na compreensão da paisagem como sentido cultural e histórico que leva em consideração o sentimento, o pertencimento e as relações intrínsecas de poder nelas contidas.

Para compreendermos essa relação entre paisagem, território e poder é necessário entrarmos no campo da epistemologia, o conceito de território é amplamente difundido entre os cientistas tanto sociais, como naturais, Souza (2015, p. 87) afirma que a definição de território está estreitamente ligada às relações de poder, o autor ainda destaca que não há influência ou relação de poder que não esteja concretizada em seus limites espaciais. “Mesmo quando se exerce poder a grandes distâncias, por meio de modernas tecnologias de comunicação ou informação, o alvo ou destinatário, jamais é um grupo social ‘flutuando no ar’ [...]”, essa ideia não deve ser negligenciada, a relação do homem com o palpável, a sua conexão com um espaço vital, caracteriza-se nas suas práticas espaciais.

Segundo essa premissa de que o território é poder Souza (2015) destaca que:

O desejo ou a cobiça com relação a um espaço podem ter relação com os *recursos naturais da área em questão*; podem ter a ver com *o que se produz ou quem produz no espaço considerado*; podem ter ligação com o *valor estratégico-militar daquele espaço específico*; e podem se vincular, também, às ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço (ou mais especificamente, ente um grupo e objetos geográficos determinados, como um santuário ou símbolo “nacional”) (SOUZA, 2015, p. 88, grifos do autor).

O conceito de território portanto, tem papel central dentro do conhecimento geográfico. Para Haesbaert (2012, p. 37), os geógrafos têm sua visão direcionada à materialidade do território e às suas múltiplas estruturas; já as Ciências Políticas voltam-se para as relações de poder, na sua maior parte unidas às concepções de Estado; a Antropologia se apoia na compreensão das simbologias das sociedades ditas tradicionais; por fim, a Sociologia e a Psicologia levam o território à escala do indivíduo.

Voltamos a análise para a relação de poder no que diz respeito ao território, essa relação se apresenta como um campo de força entre o espaço social e as relações sociais, sendo o poder, então, uma das dimensões sociais, e o território sua expressão espacial (SOUZA, 2015).

A literatura em torno do território e dessa relação com o poder na obra de Raffestin (1993) esclarece que o espaço vem antes do território, e que o território se materializa no espaço como afirma o autor:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Podemos ver que é complexo tratar do território, pois ele se apresenta de várias maneiras como estado ou região, com limites, fronteiras etc. O autor deixa claro que o espaço é a prisão original e o território é a prisão que os homens constroem para si.

3.2 Territorialização dos parques urbanos em Catalão

A ideia de área pública ou, mais especificamente, parque urbano nasce para atender as novas demandas sociais da cidade. Cardoso et al. (2015) ressaltam que foi decorrente dessa nova vida urbana agitada (caos urbano) que nasceram os parques urbanos no Brasil.

Quando falamos em parques urbanos, ressaltamos o processo de produção e reprodução no espaço urbano, que vem sendo transformado alterando-se os projetos arquitetônicos ao decorrer do tempo e criando novos significados, símbolos e usos. O imaginário, o discurso e a argumentação para criação dos parques urbanos são os mais diversos: qualidade de vida, lazer, natureza, amenizar os efeitos negativos da poluição, do estresse e etc. Nesse conjunto de estratégias Gomes (2013) destaca que:

[...] o capital garante a sua reprodução, de forma mais acelerada, por criar símbolos, ícones, *status* e “necessidades”, como os parques, as praças, o “verde”, o lazer, os condomínios murados, os bairros jardins, e ofertar aos que podem pagar, que são “seduzidos” pelas estratégias de marketing, enquanto os demais lugares parecem aumentar suas carências por não terem tais “símbolos” e/ou equipamentos. (GOMES, 2013. p. 17)

Nasce, então, desse contexto de símbolos e estratégias, o que a literatura chama de cidade ideal, essa noção idealizada passa pela qualidade de vida de seus municípios, e é a partir dessa premissa que os gestores municipais e planejadores criam os espaços públicos, as áreas verdes, os parques urbanos, os projetos que visam proporcionar o lazer e a aproximação da sociedade com a natureza.

No caso da cidade de Catalão podemos ver que os parques urbanos estão implementados na malha urbana de forma diferenciada em uma determinada área da cidade (figura 2), que nos últimos anos vem ganhando investimentos para revitalização e melhorias.

A literatura destaca que os espaços públicos no sistema capitalista apresentam-se como mercadoria de consumo, alguns destes com acesso restrito, conforme já mencionado anteriormente, possibilitando certo controle de atendimento de demanda e favorecendo as classes mais abastadas da sociedade. Nesse sentido, Loboda (2009) afirma que:

Diferem, nesses casos, as funções desses espaços ditos como públicos e de uso comum, notadamente aquelas de cunho burocrático e de assistência aos diversos segmentos sociais, aos quais os acessos são diferenciados, ou restritos aos interesses e necessidades particulares. Esses aspectos singularizam e/ou, melhor, diferenciam os espaços públicos na cidade do ponto de vista dos usos, funções e influências que exercem, e da influência que exercem na dinâmica socioespacial da cidade. (LOBODA, 2009, p. 35)

A sociedade capitalista, tem intrínseco e como característica fundamental para reprodução do capital a propriedade privada, Gomes (2013) destaca os parques urbanos no enclave do território urbano como um lugar de interesse privado

e público, tem como estratégias e ações, valorizar uma determinada área e aumentar o lucro, mais que isso, o alcance de padrão de vida tido como ideal.

Para concretizar essa ideia destacamos a contribuição de Gomes (2013, p. 94) ao afirmar que os parques urbanos deveriam ser equipamentos de uso coletivo e que a sociedade possa utilizá-lo como um todo. Para o autor isso não acontece devido a vários fatores “[...] Seja porque a localização não propicia o acesso da maioria da população, seja porque é um simulacro de espaços públicos, seja ainda porque é utilizado como um fator de valorização imobiliário.”

No mapa abaixo (figura 1) podemos observar a cidade de Catalão (GO) e as zonas de uso e ocupação do solo no ano de 2002, propostas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável Urbano e Ambiental de Catalão. A lei 2.210 de 2004 previa no seu artigo 67 a requalificação de espaços públicos, dentre eles Clube do Povo e Represa.

O artigo 70 desta mesma lei garante a possibilidade de implementação de novas áreas de uso coletivo, como praças, parques e centro de lazer. Essa proposta poderia ser efetivada inclusive pelo aproveitamento de áreas de preservação permanente, dos cursos d'água, fundos de vale, áreas naturais preservadas no contexto da área urbana e expansão urbana ou ainda em áreas degradadas.

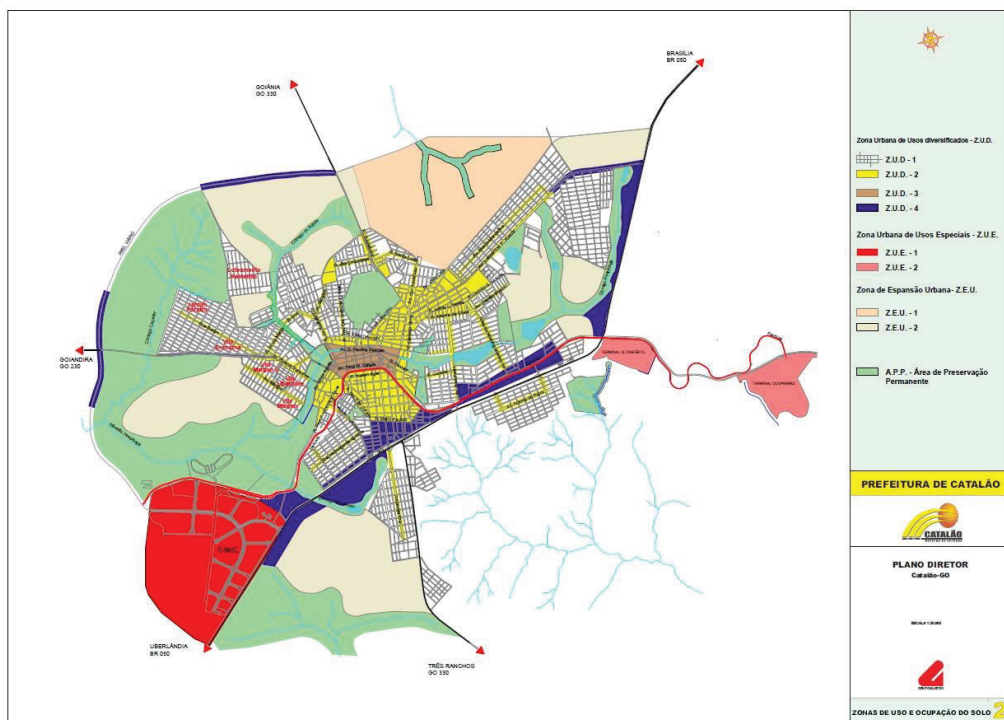


Figura 1 Zonas de uso e ocupação do solo (2004).

Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável Urbano e Ambiental de Catalão, 2004 (promulgado em 05.08.2004)

Apesar do que estava garantido na lei e a disponibilidade de áreas em toda a cidade que poderiam ser convertidas em espaço de convivência urbana para a população, o que ocorreu ao longo dos anos de vigência deste Plano Diretor foi a requalificação e a revalorização, bem como investimentos na implementação de novos parques urbanos de forma centralizada.

A área de pesquisa é o que estamos denominando como “Complexo Ecológico Ambiental de Catalão”, que compreende cinco parques urbanos, sendo eles: Clube do Povo, Parque Calixto Abraão, Parque Pirapitinga, Parque Santa Cruz e Parque Paquetá (figura 2).

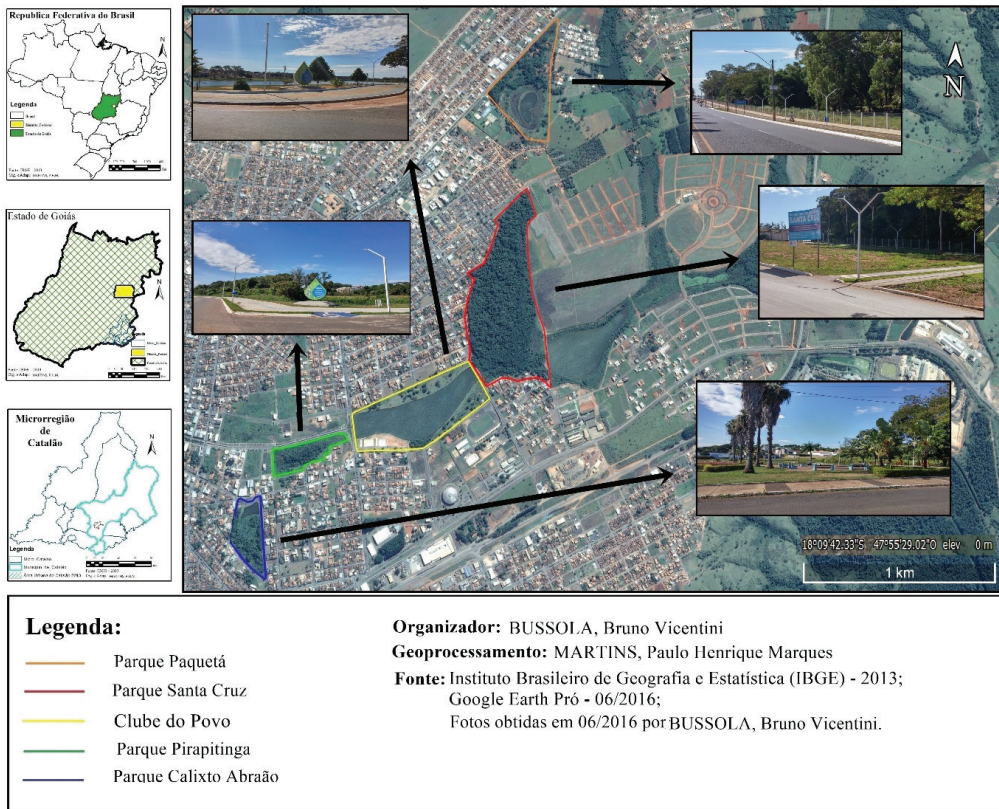


Figura 2 Complexo Ecológico Ambiental de Catalão (2016).

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – 2013; Google Earth Pró – 06/2016
 Org.: Bruno Vicentini Bussola (2016). Geoprocessamento: Paulo Henrique Marques Martins

4 Considerações finais

Após o trabalho de campo, identificamos que os parques urbanos de Catalão apresentam equipamentos que proporcionam à população a prática de atividades

físicas com uma infraestrutura considerável como: pistas de caminhada, quadra de areia, academia ao ar livre e, nos últimos meses, foram investidos nos parques iluminação de *led*, para a prática de atividade no período noturno.

A hipótese levantada no primeiro momento foi de uma implementação diferenciada dos parques urbanos que se apresentam de forma concentrada na malha urbana de Catalão, na região de condomínios e casa de alto padrão.

Chegamos a uma conclusão parcial que aponta uma relação territorial de poder, ou seja, os investimentos feitos para valorizar a área do “Complexo Ecológico Ambiental de Catalão” privilegiam uma determinada parcela da sociedade.

Portanto, podemos afirmar que os parques urbanos são construções que tem por finalidade proporcionar aos munícipes de uma cidade qualidade de vida e bem estar social. Os autores que abordam essa temática ressaltam que os especuladores imobiliários e as políticas públicas influenciam na construção dessas áreas em locais específicos, assim garantindo a manutenção do *status quo*.

Referências

BONAMETTI, João Henrique. A paisagem urbana como produtor do poder. URBE. Revista Brasileira de Gestão Urbana, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 259-273, jul./dez. 2010 (ISSN 2175-3369) <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/urbe?dd99=issue&dd0=260>. Acesso em: 17/06/2016

CATALÃO. Prefeitura Municipal. Lei 2.210 de 05 de agosto de 2004. **Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável Urbano e Ambiental de Catalão**. Catalão, 2004.

CARDOSO, Silvia Laura Costa. SOBRINHO, Mário Vasconcellos. VASCONCELLOS, Ana Maria de Albuquerque. **Gestão ambiental de parques urbanos: o caso do Parque Ecológico do Município de Belém** Gunnar Vingren. URBE. Revista brasileira de Gestão Urbana, Curitiba, v.7, n.1, p. 74-90, jan./abr 2015 (ISSN 2175-3369) <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/urbe?dd99=issue&dd0=604>. Acesso em 16/06/2016

HAESBAERT, Rogerio. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 7º ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. Concepção de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton... [et al.]. **Território, territórios: ensaio sobre o ordenamento territorial**. 2º ed. – Rio de Janeiro : DP&A, 2006. 43-70p.

- LOBODA, Carlos Roberto. Espaço público e práticas socioespaciais: uma articulação necessária para análise dos diferentes usos da cidade. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 31, v. 1, 2009.
- LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 1996. 108 p. (Série Trilhas).
- GOMES, Marcos Antônio Silvestre. **Os parques e a produção do espaço urbano**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.
- MOREIRA, Jorgeanny de Fátima R. SILVA, Clarinda Aparecida da. Paisagem e mídia: os parques urbanos como produto de mercado turístico e imobiliário em Goiânia – Go. **Caminho de Geografia**. Uberlândia. v. 14, n. 46. p. 220-235. 2013 ISSN 1678-6343. <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16776>. Acesso em: 13 jun. 2016.
- PEREIRA, Diamantino. **Paisagem e uso do solo urbano e rural**. Terra Livre. Presidente Prudente, ano 24, v. 1, n. 30. 15-26, 2008.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. 6. ed. São Paulo, USP, 2009.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- _____. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Elias de. GOMES, Paulo Cezar de Costa. CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. p. 77-116.
- _____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2015.
- _____. O planejamento e a gestão das cidades em uma perspectiva autonomista. **Revista território**, Rio de Janeiro, ano V, n. 8, p. 67-100, jan/jun., 2000. Disponível em: http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/08_4_MarcLopes.pdf. Acesso em 11/06/2016.